



INGRESSANTE NO CURSO VESPERTINO DE PEDAGOGIA PELO SISU: PERFIL SOCIOECONÔMICO E CULTURAL E RELAÇÃO COM A ESCOLHA DO CURSO

Izadora Veras Almoater; Lucinete Marques Lima (Orientadora)

Universidade Federal do Maranhão, FAPEMA, izaalmoater@gmail.com, lucineteml@uol.com.br

Resumo: Este estudo discute a democratização do acesso à educação superior por meio Sistema de Seleção Unificada (Sisu) com o uso dos resultados do Exame Nacional do Ensino Médio (Enem) no âmbito das políticas reformistas do Estado brasileiro. Tem por objetivo geral analisar o perfil socioeconômico e cultural do ingressante pelo SISU no curso de pedagogia, turno vespertino, sua relação com a escolha do curso e implicações na democratização ou massificação da educação superior. As atividades de pesquisa integram-se ao projeto “O Sisu como instrumento de seletividade e/ou democratização do acesso e permanência em cursos de graduação”, apoiado pela FAPEMA. O estudo específico da bolsista realizou-se com pesquisa bibliográfica e documental, dados oficiais e um questionário com questões fechadas e abertas. Os resultados indicam: seletividade pós-ingresso no curso e não garantia de percurso regular para sucesso acadêmico; predominância da faixa etária 18 a 24 anos, do sexo feminino, cor parda ou negra, de origem geográfica do Maranhão, de renda familiar até R\$ 2.500,00, de capital cultural familiar limitado e de experiência anterior de estudos em escola pública. Além disso, indica que a maioria dos estudantes não ingressou na educação superior imediatamente após a conclusão do ensino médio, submetendo-se a vários processos seletivos, nem tem a Pedagogia como primeiro interesse ao concluir a educação básica, sendo a escolha influenciada pela pontuação obtida no ENEM, havendo registros de interesses pela profissão, por trabalhar em atividades educativas e influências familiares.

Palavras-chave: Democratização, Educação superior, Políticas educacionais.

Introdução

Na última década o Brasil tem passado por grandes reformas no ensino superior, que se voltam principalmente para expansão e ou democratização desse nível de ensino. A democratização do ensino superior pressupõe igualdade de condições de escolha, acesso e permanência em cursos e instituições de educação superior, de forma que o segmento estudantil represente a diversidade social existente na composição da população em geral. Mas, vários estudos demonstram que a massificação realiza-se com contradições e exclusões de segmentos populacionais com menor poder econômico e capital cultural. (ALMEIDA et al., 2012).

Este estudo relaciona-se ao tema educação superior como direito social e à democratização do seu acesso por meio Sistema de Seleção Unificada (Sisu) com o uso dos resultados do Exame Nacional do Ensino Médio (Enem) no âmbito das políticas reformistas do Estado brasileiro.



Esse texto resulta da participação como bolsista do Programa Institucional de Bolsas de Iniciação Científica (Pibic) no projeto de pesquisa: O Sisu como instrumento de seletividade e/ou democratização do ingresso e permanência em cursos de graduação na UFMA, e sistematiza conhecimentos apreendidos nas atividades desenvolvidas no período de agosto 2014 a julho 2015. As atividades de pesquisa encontram-se integradas ao Grupo de Pesquisa Política de Educação Básica do Programa de Pós Graduação em Educação no qual foi acrescido o eixo Educação Superior.

Objetivou-se analisar o perfil do segmento estudantil do curso de Pedagogia, no turno vespertino, e sua relação com o processo de democratização e massificação da educação superior. O referencial teórico que embasa a pesquisa estão estudiosos da temática, a exemplo de: Dourado (2002), Claude (2005), Carvalho (2006), Zago (2006), Dias Sobrinho (2010, 2013), Ferreira (2012), Ferreira (2014), Costa (2015) entre outros.

A pesquisa questiona o processo de seletividade e/ou democratização que ocorre no curso de Pedagogia da UFMA, no turno vespertino, expresso na composição do segmento estudantil, considerando o ingresso por meio do SISU no semestre 2011.2, 2012.1, 2012.2, 2014.2 e 2015.1.

Metodologia

O estudo assumiu características de pesquisa descritiva, especificando o peso de características etárias, étnico-racial, de gênero, de origem espacial e escolar, condições socioeconômicas, capital cultural familiar e outras. Também, descreve motivos de escolhas do curso e desafios. Trabalha com uma amostra indicativa da distribuição do problema no curso de Pedagogia, porém sem pretensões do rigor técnico da representatividade estatística.

O estudo incluiu vários momentos: estudos bibliográficos e documentais e pesquisa empírica. Também, incluiu participação de eventos recomendados pelo grupo e de interesse da bolsista. Os estudos bibliográficos referiram-se à base conceitual da temática da pesquisa específica e do referencial teórico-metodológico orientador das atividades do grupo de pesquisa. Alguns desses textos permitiram um diálogo com os dados empíricos levantados na pesquisa. O estudo empírico realizou-se no curso de Pedagogia, turno vespertino, localizada no Centro de Ciências Sociais da Universidade Federal do Maranhão com as turmas ingressantes nos semestres (2011/2, 2012/1; 2012/2; 2014/2 e 2015/1). Utilizou-se como instrumento básico um questionário com questões abertas e fechadas, aplicados nas salas de aula com a permissão docente ou na ausência de professores. As análises dos dados desenvolveram-se de forma quantitativa e qualitativa, mas com a



iluminação do referencial teórico na percepção de ambiguidades e contradições do discurso da democratização do instrumento do Sisu.

Cabe destacar que o estudo específico ainda não foi totalmente concluído, mas já sinaliza alguns resultados que serão articulados com outras informações para produzirem um conhecimento mais aprofundado do processo de democratização/massificação da educação superior, que parece também ser influenciado pela política de ingresso.

Resultados e Discussões

1. Expansão da Educação Superior no Brasil

A Educação Superior veio demonstrando um amplo crescimento no número de matrículas a partir da década de 1970 (MARQUES, 2013; PALAZZO e GOMES, 2012; BARROS, 2015). Anteriormente a década de 70 o acesso à universidade pública era limitado a uma elite privilegiada, formada pela nova classe média, mas ainda assim, a educação superior já dava sinais de forte expansão, entre 1945 a 1965 as matrículas nas instituições públicas de ensino passaram de 21 mil para 182 mil (MARTINS, 2009). Esse aumento pela procura da educação superior pode ser explicado pelo enriquecimento e expansão dessa nova classe média, que está relacionada ao crescimento econômico pelo qual passou o Brasil (DURHAM, 2005).

Um aumento na demanda seja no setor público ou privado já se mostrava presente mesmo no início do Governo Militar (1964-1985), com a Reforma Universitária de 1968 diversas modificações foram introduzidas nesse nível de ensino (WALDEMAR, 2013). Dentre essas modificações o regime militar

[...]promove a expansão das universidades públicas enquanto parte do projeto de desenvolvimento econômico do país no governo militar, abre as portas para a proliferação das instituições privadas de educação superior e ao mesmo tempo amplia a perseguição aos opositores do novo regime e sua eliminação dos quadros docentes das universidades públicas (WALDEMAR, p. 70, 2013).

Segundo Martins (2009), apesar de ter possibilitado ações transformadoras na educação superior, a Reforma de 1968 introduziu condições para a grande expansão das instituições privadas, que estavam voltadas apenas para a transmissão do conhecimento profissionalizante, separados das atividades de pesquisa. Sguissardi (2004) citado por April e Barone (2009) também faz uma crítica a essa expansão das instituições privadas em detrimento das públicas, os autores colocam que aproximadamente nos anos 90, o Estado passa a estimular a expansão e abertura de novas IES privadas, e diminuir o apoio à expansão das IFES. De 1994 a 2000 o aumento das IES no País



alcança 38%, sendo que as IES privadas cresceram 58% e as públicas, em contrapartida, tiveram uma diminuição de 23%.

De 1980 a 1995 as instituições de educação superior passam de um total de 882 para 894, e as instituições públicas passam de 200 para 210, já as privadas passam de 682 para 684, sendo estas as responsáveis por mais da metade das instituições. Em relação as matrículas em 1980, há um total de 1.377.286 alunos inscritos no país, chegando a 1.759.703 em 1995, onde as matrículas nas instituições públicas contabilizam 492.232 em 1980 e saltam para 700.540 em 1995, as privadas passam de 885.054 para 1.059.163 alunos matriculados (BRASIL.INEP, 1998). Esses dados já indicam a desaceleração que a rede privada passaria em sua expansão nos anos seguintes. Corbucci (2004) relata que entre os anos de 1990 e 2002, apesar da oferta de vagas ter aumentado em 252,6%, levando a redução da proporção de alunos por vagas, de 3,8 para 2,8, a educação superior privada tem essa proporção reduzida de 2,9 para 1,6, enquanto a pública 5,7 para 8,9 no período. O autor coloca ainda que essa redução pode ser explicada pela diminuição de renda da classe média, o que mostra que talvez esse modelo de expansão concentrado na iniciativa privada encontra dificuldades, pois se a demanda não é suficiente, a oferta acaba por ser comprometida, assim, a democratização desse nível de ensino não pode sustentar-se apenas no aumento da oferta de vagas.

A partir de 1995 o Brasil passou por uma segunda fase nessa expansão da educação superior, proporcionado pelo governo de Fernando Henrique Cardoso (1995-2002) e uma terceira no governo de Luís Inácio Lula da Silva (2003-2010).

2. A problemática da permanência e sucesso escolar

Como vimos até aqui, na última década várias políticas inclusivas e ações afirmativas foram implantadas como chave para a democratização do ensino superior, mas essa maior oportunidade de acesso não garante a permanência ou sucesso escolar dos alunos ingressantes. Em sua maioria essa permanência na educação superior se torna mais difícil para alunos oriundos de escolas públicas e de baixo poder aquisitivo. Zago (2006) coloca que para a real democratização do ensino superior é necessário sim, políticas para a expansão do acesso e o fortalecimento do sistema público de educação, nos diversos níveis, mas é necessário também políticas que estejam voltadas para a permanência desses jovens no sistema educacional. O autor ainda diz que a “ampliação do número de vagas foi considerável nos últimos anos, mas sua polarização no ensino pago não reduziu as desigualdades entre grupos sociais” (Zago, 2006, p. 228). Nesse sentido Neves, Raizer e Fachinetto, dizem que:



III CONEDU

CONGRESSO NACIONAL DE
E D U C A Ç Ã O

[...] a ampliação do acesso, bem como a implantação das políticas de inclusão resultaram numa expansão especialmente pelo sistema privado. Isto ensejou uma situação controversa, uma vez que, além do ensino ser pago favorecendo uma inclusão instável, a formação oferecida pelo sistema privado é muito criticada pela sua baixa qualidade (NEVES; RAIZER; FACHINETTO, 2007, p. 125).

Assim, programas como Prouni e Fies possibilitam a inserção de estudantes no sistema privado do ensino superior, mas não garantem sua permanência. Nas instituições particulares a concessão de bolsas auxílio é mais raro, mesmo o Prouni disponibilizando uma bolsa auxílio de 300 reais, o estudante precisa estar dentro do perfil exigido pelo programa, como: ter bolsa integral e carga horária média, igual ou superior a 6 horas diárias de aula. (POLO, 2010). Ou seja, muitos estudantes ficam sem ter como se manter. Já as instituições federais de ensino superior oferecem bolsas de iniciação científica e de docência (PIBIC e PIBID), bolsas para participação em eventos, entre outras. (HONORATO; VARGAS; HERINGER, 2014). Para Costa (2009), as políticas de assistência estudantil estão voltadas a proporcionar meios para a permanência dos alunos na universidade e a conclusão de seus estudos.

Em 2008 o governo brasileiro criou o Plano Nacional de Assistência Estudantil (PNAES) que se reserva a ajudar estudantes que estão matriculados nas instituições federais de ensino superior, com auxílios de moradia estudantil, transporte, alimentação, saúde, inclusão digital, apoio pedagógico e atividades de cultura e esporte, cujo objetivo é oferecer meios para a permanência de estudantes de baixa renda na graduação, com a finalidade de reduzir a desigualdade social e promover a democratização do ensino superior (COSTA, 2009). Segundo Honorato, Vargas e Heringer (2014), apesar dos recursos passados ao PNAES estarem se ampliando, várias críticas são feitas ao plano pela comunidade acadêmica, já que “recursos são insuficientes para atender à demanda. Em 2011, 17,2% dos não cotistas e 30,6 % dos cotistas das IFES recebiam algum tipo de apoio social. (HONORATO, VARGAS; HERINGER, 2008 apud INEP, 2012).

3. Perfil do ingressante no curso pedagogia vespertino e relação com o curso

Neste estudo descritivo, parte-se do pressuposto de que o Sisu estrutura o processo de seleção unificada para acesso aos cursos superiores ofertados pelas instituições federais com o uso dos resultados do ENEM com a proposta de ampliar as oportunidades de concorrência por vagas em diferentes regiões, evitando vagas ociosas. Também, estimula a mobilidade estudantil, a reorganização do currículo do ensino médio e nova relação educação superior e educação básica. No entanto, as políticas expansionistas da educação superior e seus instrumentos de ajustamento têm sido problematizados, especialmente se eles representam um processo de democratização ou



apenas de massificação. Assim, pretende-se descobrir se o Sisu favorece essa ocupação de vagas ofertadas no curso de Pedagogia ou se expressa um processo de democratização ou massificação.

O Sisu foi adotado pela UFMA para selecionar os estudantes para as vagas ofertadas em 2010. Portanto, apresenta-se a movimentação acadêmica em alguns semestres de ingresso no curso de Pedagogia.

Quadro 1 Movimentação acadêmica no curso de Pedagogia pós-Sisu

Status/Ano	2010.1	2010.2	2011.2	2012.2	2014.2	2015.1	Total
Ingressante	42	55	39	39	40	57	272
Cancelado	28	31	19	15	5	8	106
Trancado	-	-	-	1		2	3
Concluído	7	9	-				16
Ativo	7	15	20	23	34	47	146
Não matriculado	-	-	2	-	8		10

Fonte: elaboração própria com base em dados do SIGAA fornecidos pela Coordenação de curso (ago.2015)

Esses dados são suficientes para demonstrar que não há a ocupação plena de vagas ofertadas no curso de Pedagogia, havendo desperdícios, bem como forte tendência de retenção de estudantes, sem regularidade no fluxo entrada e saída com sucesso acadêmico. Em dois semestres não houve preenchimento do total de vagas, ficando uma ociosa (2011.2 e 2012.2). Nos semestres 2010.2 e 2015.1 houve um movimento de ingresso superior às regulares 40 vagas, provavelmente em um mecanismo de preenchimento de vagas ociosas em semestres anteriores, mas sem cobertura suficiente dos déficits, conforme os dados expostos. Nos dois últimos semestres destacados, registram-se uma redução de cancelamentos, podendo representar certa acomodação dessa política seletiva e percepção dos prejuízos em relação ao tempo de conclusão de um curso superior que a mobilidade ou troca de escolhas representa no percurso estudantil.

Cabe destacar que os ingressantes dos semestres 2010.1, 2010.2 e 2011.2 já deveriam ter concluído o curso. No entanto, os dados mostram o seguinte: a) em 2010.1 apenas 7 concluíram e 7 mantêm-se ativos, sendo que destes últimos apenas dois têm status de formando e um de graduando; b) em 2010/2, dos 24 estudantes que permaneceram, apenas 9 concluíram, enquanto 15 mantêm-se ativo e destes somente um formando; c) em 2011.2, daqueles 20 alunos que permaneceram ninguém



concluiu o curso, nem se registra status de formando ou graduando e dois não se matricularam em 2015.1.

Nesse sentido, questiona-se se o Sisu não representou para o curso mais um processo de exclusão de estudantes do que propriamente um processo de democratização do acesso à educação superior. Entretanto essa reflexão deve se aprofundar com os dados do questionário aplicado junto aos estudantes que ingressaram nos semestres letivos 2011.2, 2012/2, 2014/2 e 2015/1, no qual se levantou informações sobre o perfil do estudante. No total compreende 45 estudantes.

Um dos aspectos levantados no instrumento foi a faixa etária do informante, obtendo-se as seguintes informações apresentadas no Quadro 2.

Quadro 2 Distribuição dos informantes da amostra por faixa-etária

Idade	2011/2	2012/1	2012/2	2014/2	2015/1	TOTAL
18-20 anos		1	2	10	3	16
21-22 anos	2	1	5	3	2	13
23-24 anos	1	2	1	1		5
Acima 24 anos		1	1	2	5	9
TOTAL	3	5	9	16	10	43

Fonte: Elaboração própria com dados de idade (até junho/2015) e do SIGAA/Coordenação

Predominantemente, os estudantes que ingressam na Pedagogia, turno vespertino, encontram-se na faixa etária correspondente a regularidade da oferta de educação superior (entre 18 a 24 anos), apesar do último ingresso em 2015.1 indicar um equilíbrio entre essa faixa etária e a presença de pessoas com idade superior a 24 anos, sinalizando oportunidades tardias de entrada em curso superior ou retorno em busca de novo diploma. Estudos sobre expansão da educação superior decorrentes de reformas educativas, ocorridas em outro país, a exemplo de Portugal, vêm registrando o ingresso de estudantes com idades mais avançadas nos cursos (ALMEIDA et al., 2012). Tal fato pode sinalizar uma abertura de possibilidades de ingresso de um público anteriormente afastado da educação superior ou busca desse nível de ensino como possibilidade de novas formas de inclusão no mercado de trabalho e ascensão social. A partir de 2012/2 tem registro o ingresso de estudantes com mais de 30 anos, representando um total de 5 daqueles localizados na categoria acima de 24 anos. Dois estudantes não responderam a questão.

Em relação ao sexo, a amostra dos 45 estudantes assim se distribuiu: 42 pertence ao sexo feminino, havendo a frequência de apenas 3 do sexo masculino, sendo um em cada semestre 2012.2, 2014,2 e 2015.1. Esse dado revela que ainda não se rompeu com o preconceito de que o



magistério é uma profissão feminina. Em relação ao estado civil, responderam 44 informantes, sendo 41 solteiros e três casados. Portanto, são jovens que provavelmente não assumiram responsabilidades maiores com a própria família e filhos, podendo dispor de disponibilidades de tempo para as atividades acadêmicas.

De acordo com a declaração dos informantes, a composição étnico-racial da amostra (45 estudantes) tem a seguinte distribuição: 23 ingressantes declaram-se de cor parda, 14 negros, 3 brancos, 2 amarela e 3 não responderam. Portanto, pardos e negros têm presença marcante no curso de Pedagogia, independente da modalidade de ingresso.

Ainda questionou-se sobre a origem geográfica, tendo como informação que 40 estudantes são maranhenses, sendo 32 oriundos da Capital do Estado e 8 de outros municípios. Houve registro de 5 estudantes com procedência de outros Estados, destes três moravam na Capital do Estado e dois no interior. Eles têm mais de 20 anos morando no Maranhão, exceto um com residência há oito anos. Em São Luís, o tempo de residência é variável de 1 a 40 anos. Não se percebe deslocamento de um Estado para outro com fim exclusivo de ingresso em curso superior.

Considerando que a localidade de residência pode ser um indicador socioeconômico e indicar dificuldades/facilidades de deslocamentos para o campus universitário levantou-se informações sobre o bairro em que mora o estudante. Assim, constatou-se que 6 moram em bairros próximos, 37 em bairros distantes e 2 em outros municípios. Assim, supõe-se a existência de condições desfavoráveis para a efetivação do direito educacional, uma vez que estudantes de outros municípios precisam se deslocar por aproximadamente duas horas para chegar ao local das aulas, estendendo-se essas dificuldades para aqueles que residem em bairros distantes.

A pesquisa ainda buscou levantar o intervalo de tempo entre a conclusão do ensino médio e o ingresso no curso de Pedagogia, bem como o número de vezes em que estudante se submeteu ao exame vestibular/ENEM, na perspectiva de compreender se esse processo de expansão da educação superior e seleção unificada favorece a inserção em cursos em tempo menor. As informações obtidas apresentam-se no Quadro 4.

Quadro 4 Diferença entre o tempo de conclusão do ensino médio e o ingresso no curso de Pedagogia

ANO	até 1 ano	2 a 3 anos	4 a 5 anos	6 a 10 anos	mais de 10 anos	sem informação	Total
2011/2	2		1				3
2012/1	1	3		1			5
2012/2	2	1	1		1	4	9
2014/2	7	3	4	1	2	1	18
2015/1	1	3	2	2	2		10



Total	13	10	8	4	5	5	45
-------	----	----	---	---	---	---	----

Fonte: Elaboração própria

Os dados revelam que da amostra de 45 estudantes 13 deles ingressaram no curso de Pedagogia até um ano após a conclusão do ensino médio, 10 tiveram entrada em 2 a 3 anos de intervalo e 8 variando de 4 a 5 anos. No entanto, 9 pessoas ingressaram com uma diferença de mais de seis anos, incluindo casos de 15, 19, 30 e 32 anos de diferença, provavelmente incluindo pessoas já tituladas por outros cursos. Isso significa que a educação superior neste país e, especialmente, no estado do Maranhão, ainda é bastante seletiva, portanto não favorecendo a continuidade do processo de formação em nível superior e promovendo o desnível faixa etária e acesso aos cursos. Esse ingresso tardio ou mesmo o reingresso para obter novos títulos pode representar oportunidades de inclusões oferecidas pelo Sisu.

O questionário ainda levantava informações sobre as condições econômicas dos estudantes da amostra da pesquisa, tais como atividades ocupacionais, renda pessoal e renda familiar e outros aspectos, Inicialmente, apresenta-se a situação ocupacional no Quadro 6

Quadro 6 Sua atual situação ocupacional

	11/2	12/1	12/2	14/2	15/1	T
não trabalho, só estudando	1		3	11	7	22
estágio remunerado/ bolsa de trabalho		5	6	3		14
contrato de trabalho em setor comercial	1					1
concursado e atuando no setor público					1	1
contrato de trabalho em setor industrial	1					1
Outras atividades				3	2	5

Fonte: Elaboração própria

Esse Quadro indica que a maioria dos estudantes do turno vespertino são estudantes profissionais e as atividades remuneradas referem-se a estágios e outras bolsas de trabalho ou similares. Esse fato pode favorecer a participação em programas de extensão e pesquisa como estratégia do estímulo à permanência do estudante no curso.

Em relação à renda pessoal, o Quadro 7 apresenta a distribuição dos estudantes por faixa de renda.

Quadro 7 Renda mensal do estudante

Faixas de renda	11/2	12/1	12/2	14/2	15/1	Total
menos de R\$ 725,00	2	3	7	10	5	27
de R\$ 726,00 a R\$ 1.000,00	1	1		5	2	9
de R\$ 1.010,00 a R\$ 1.400,00				1		1
de R\$ 2.001,00 a R\$ 2.500,00				1		1



de R\$ 2.501,00 a R\$ 3.000, 00		1			1	2
Acima de R\$ 5.000,00			1			1
TOTAL	3	5	8	17	8	41

Fonte: Elaboração própria

As informações mostram que a maioria dos estudantes possui uma renda pessoal inferior ao salário mínimo, considerando tratar-se de bolsas. Assim, percebemos que a renda pessoal do estudante não é favorável a sua permanência na educação superior, indicando a necessidade de mais programas de assistência estudantil, acesso a material bibliográfico, de informática e outras condições necessárias para o sucesso acadêmico. Tais dados confirmam a ideia de que geralmente os estudantes de menor poder aquisitivo se dirigem para os cursos de menor prestígio social (PAULA, 2009), fato que nos leva a pensar na perpetuação da desvalorização social dos cursos de licenciatura e da educação, porque se a formação não tem qualidade, a tendência é de que esses profissionais após formados não exercerem seu ofício com qualidade.

Em relação ao interesse por cursos superiores ao concluir o ensino médio, verifica-se que nem sempre os estudantes pretendem cursar a Pedagogia, ocorrendo o interesse por áreas de conhecimento distintas. A Pedagogia aparece predominantemente como segunda opção. O principal motivo que encaminha a escolha do curso de Pedagogia é a pontuação obtida no ENEM, seguindo-se do interesse pela profissão, por já trabalhar em atividades educativas e influências familiares. O Quadro 9 especifica esses motivos.

Quadro 9 motivos para o ingresso na Pedagogia

	11/2	12/1	12/2	14/2	15/1	Total
resultado de teste vocacional				1	2	3
ser possível o ingresso com os pontos obtidos no ENEM/SISU	1	4	7	10		22
por influências de colegas			2	1		3
por influências familiares			2	7	1	10
possibilidade de conciliar o curso com o trabalho	1				2	3
interesse pessoal pela profissão	1	1	3	5	5	15
por já trabalhar em atividades educativas			3	4	5	12
possibilidades de ingresso no mercado de trabalho			2	5	1	8

Fonte: Elaboração própria

Predominantemente, 34 estudantes têm expectativas de concluir o curso de Pedagogia, havendo ainda algumas indecisões (3 estudantes). Alguns (5 estudantes) ainda pretendem mudar de curso pela via do ENEM, numa amostra de 45. Provavelmente, as ações institucionais e os programas de assistência estudantil poderão favorecer a permanência e o sucesso acadêmico.



Conclusões

Esse estudo integra o projeto O Sisu como instrumento de seletividade e/ou democratização do acesso e permanência em cursos de graduação na UFMA, articulado ao Grupo de Pesquisa Política de Educação Básica PPGE/UFMA. Teve por objetivo analisar o perfil socioeconômico e cultural do ingressante pelo SISU no curso de pedagogia, turno vespertino, sua relação com a escolha do curso e implicações na democratização ou massificação da educação superior.

O estudo relaciona-se ao tema educação superior como direito social e seu processo de democratização e, especificamente, ao Sistema de Seleção Unificada (Sisu) com o uso dos resultados do Exame Nacional do Ensino Médio (Enem) no âmbito das reformas educativas do Estado. Vários estudos demonstram que as reformas educativas em vez de democratização induzem uma massificação da educação superior, realizando-se com contradições e exclusões de segmentos populacionais com menor poder econômico e capital cultural. Dessa forma, o estudo questionou o processo de seletividade e/ou democratização que ocorre no curso de Pedagogia da UFMA, no turno vespertino, expresso na composição do segmento estudantil, considerando alguns períodos de ingresso por meio do SISU.

Assim, o estudo indicou a existência de seletividade pós ingresso no curso, não garantindo um percurso regular na direção do sucesso acadêmico. Houve predominância da faixa etária 18 a 24 anos, do sexo feminino, cor parda ou negra, de origem geográfica do Maranhão, de renda familiar até R\$ 2.500,00, de capital cultural familiar limitado e de experiência anterior de estudos em escola pública.

Além disso, indica que a maioria dos estudantes não ingressou na educação superior imediatamente após a conclusão do ensino médio, submetendo-se a vários processos seletivos, nem tem a Pedagogia como primeiro interesse ao concluir a educação básica, sendo a escolha influenciada pela pontuação obtida no ENEM, havendo registros de interesses pela profissão, por trabalhar em atividades educativas e influências familiares.

Referências

ALMEIDA, Leandro; MARINHO-ARAÚJO, Claisy Maria; AMARAL, Alberto; DIAS, Diana. Democratização do acesso e do sucesso no ensino superior: uma reflexão a partir das realidades de Portugal e do Brasil. **Avaliação**. Campinas, Sorocaba, v. 17, n. 3, p. 899-920, nov. 2012.

APRILE, Maria R; BARONE, Rosa Elisa M. Educação superior: políticas públicas para a inclusão social. **Revista @ambienteeducação**, São Paulo, v. 2, n.1, p. 39-55, jan./jul. 2009.



CASTRO, Cláudio de Moura C; SCHWARTZMAN, Simon. **Reforma da educação superior: uma visão crítica**. Brasília: Funadesp, 2005. 86p. Série Documentos de jan/2005.

COSTA, Simone Gomes. **A permanência na educação superior no Brasil: uma análise das políticas de assistência estudantil**. IX Colóquio Internacional sobre Gestão Universitária na América do Sul. Florianópolis-Brasil. 25 a 27 de Nov. de 2009. Disponível em: Acesso em: 25 Jun. 2015.

CORBUCCI, Paulo R. Financiamento e democratização do acesso à Educação Superior no Brasil: da deserção do estado ao projeto de reforma. **Educ. Soc.**, Campinas, vol. 25, n. 88, p. 677-701, Especial - Out. 2004. Disponível em <http://www.cedes.unicamp.br>. Acesso em: 10 jul. 2016.

DURHAM, Eunice R. Educação superior, pública e privada (1808- 2000). In: SCHWARTZMAN, Simon; BROCK, Colin (Org.). **Os desafios da educação no Brasil**. Rio de Janeiro: Nova Fronteira, 2005.

HONORATO, Gabriela; HERINGER, Rosana; VARGAS, Hustana. **Assistência estudantil e permanência na universidade pública: refletindo sobre os casos da UFRJ e da UFF**. 38º Encontro Anual da ANPOCS. Caxambu – MG, 2014.

MARTINS, Carlos Benedito. A Reforma Universitária de 1968 e a abertura para o Ensino Superior privado no Brasil. **Educ. Soc.**, Campinas, vol. 30, n. 106, p. 15-35, jan./abr. 2009. Disponível em <http://www.cedes.unicamp.br>. Acesso em: 15 jun. 2016.

NEVES, C. E. B.; RAIZER, L.; FACHINETTO, R. F. Acesso, expansão e equidade na educação superior: novos desafios para a política educacional brasileira. **Sociologias**, Porto Alegre, n. 17, p. 124-157, jan./jun. 2007.

PAULA, Maria F. Reforma da Educação Superior do Governo Lula: as políticas de democratização do acesso em foco. **RAES**, n. 1, p. 152-172, nov. 2009.

POLO, Érica. Quer estudar em outra cidade? Veja quem pode conceder benefícios. **G1-Educação**. 2010. Disponível em: <<http://g1.globo.com/educacao/noticia/2010/04/quer-estudar-em-outra-cidade-veja-quem-pode-conceder-beneficios.html>> Acesso em: 10 jul. 2015.

SOBRINHO, José Dias. Democratização, qualidade e crise da Educação Superior: faces da exclusão e limites da inclusão. **Educ. Soc.**, Campinas, v. 31, n. 113, p. 1223-1245, out.- dez. 2010. Disponível em: <<http://www.cedes.unicamp.br>>. Acesso em: 15 jul. 2015.

ZAGO, N. Do acesso à permanência no ensino superior: percursos de estudantes universitários de camadas populares. **Revista Brasileira de Educação**, Rio de Janeiro, v. 11, n. 32, p. 226-237, 2006.

WALDEMAR, Marques. **Expansão e oligopolização da educação superior no Brasil**. Avaliação, Campinas; Sorocaba, SP, v. 18, n. 1, p. 69-83, mar. 2013.



III CONEDU
CONGRESSO NACIONAL DE
E D U C A Ç Ã O